

**De:** Pedro Saraiva

**Enviada:** quarta-feira, 22 de Setembro de 2010 15:47

**Para:** José Ferreira Gomes

Só pode ser de saudar e aplaudir a iniciativa de elaboração do Relatório sobre Ciência, quer pela oportunidade do mesmo, quer ainda pela sua qualidade, bem como dos intervenientes na sua elaboração/discussão.

Depois de uma leitura atenta do seu conteúdo, apresentam-se de seguida algumas reflexões que ele nos suscitou, num primeiro momento de índole mais geral, para num segundo momento se enunciarem comentários de âmbito mais específico e direccionado. Optou-se, em ambos os casos, por se efectuar uma abordagem sintética, organizada por tópicos, dos assuntos abordados.

### **Considerações Gerais**

- 1) *Ainda que as fronteiras sejam pouco estanques, seria porventura desejável focalizar melhor o âmbito das análises efectuadas, por via a diferenciar aquilo que é efectivamente Ciência (ou Investigação e Desenvolvimento), e o que corresponde já ao domínio da Inovação, através de uma clarificação prévia dos conceitos (que pode ter como referência, nomeadamente, a norma NP 4456:2007 Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) – Terminologia e definição das actividades de IDI). Tal permitiria concentrar de modo mais claro as reflexões em torno da Ciência, remetendo para momento posterior, eventual concertado com a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, uma abordagem centrada especificamente em torno da Transferência de Tecnologia/Inovação;*
- 2) *Uma linha importante, não referida com a intensidade que seria talvez desejável, prende-se com a necessidade de haver finalmente quem tenha a coragem de assumir quais devem ser nichos/domínios de investigação nos quais Portugal pretende apostar de forma prioritária (em número necessariamente reduzido), correspondendo à ambição de nelas assumir um papel de relevo a nível internacional, e dentro de uma óptica de complementaridade, face ao apoio global que deve ser dado a todos os diferentes domínios científicos;*
- 3) *Na linha do que outros países vêm procurando fazer, penso ser premente ver criadas em Portugal linhas específicas de aposta/financiamento para o apoio a ideias/projectos de natureza disruptiva, com elevada criatividade a eles associada, que de um modo geral tendem a ser negligenciados pelas formas tradicionais de suporte financeiros, além de pouco rentáveis no curto prazo do ponto de vista da bibliometria que geram, razões que determinam a necessidade de criação de mecanismos específicos de estímulo a este tipo de ideias/projectos de I&D;*
- 4) *Num momento em que os grandes desafios que se colocam à Ciência são crescentemente de natureza pluridisciplinar, há que criar lógicas de estímulo, financiamento, dinamização da efectiva aposta em domínios que se situam nas interfaces entre as áreas tradicionais dos saberes, e/ou que necessitam de vários tipos de valências para poderem ser abordados com eficiência e eficácia. Sendo sabido que tal tipo de desafios acaba por cair quase sempre num árido território que, ao não ser de ninguém, fica totalmente votado ao abandono,*

- sugere-se que este tipo de promoção da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e de novos domínios do conhecimento encontre um espaço de afirmação consentâneo com a sua relevância no contexto das agências e mecanismos de financiamento da I&D;
- 5) Face às nossas reduzidas dimensões, enquanto nação, bem como a traços culturais próprios, a actividade científica em Portugal tem sido dominada, determinada e altamente condicionada pela existência de determinado tipo de lógicas corporativas, onde as magistraturas de influência de um número reduzido de pessoas historicamente acabou por assumir um papel determinante. Deve ser combatida esta realidade, dando continuidade a esforços constantes de renovação, assente em princípios de diversidade e meritocracia, dos respectivos protagonistas, bem como um reforço de tomadas de decisão efectivamente apoiadas na qualidade intrínseca dos projectos / investigadores / unidades de I&D / instituições / candidatos a bolsas;
  - 6) Depois de um período marcado sobretudo por uma movimentação centrífuga, onde se estimulou intencionalmente um afastamento entre as Instituições de Ensino Superior e as unidades produtoras de Ciência, é agora chegada a hora de cultivar uma reaproximação, sem impedimento da crescente participação de outro tipo de entidades no processo, mas com reconhecimento pleno de que o Ensino Superior deve estar intimamente interligado com as actividades de I&D, por um lado, e de que as Instituições de Ensino Superior, enquanto tal, só podem ter um papel interventivo, de proximidade, no que toca à produção e gestão da Ciência em Portugal;
  - 7) Sendo Portugal o país mais centralista do espaço europeu, o mesmo sucede quanto à definição de prioridades e gestão da Ciência, sendo premente encontrar espaços de afirmação concreta e no terreno do princípio da subsidiariedade, uma vez que as actividades, projectos e estruturas de I&D não podem nem devem ser desligadas de visões integradas de desenvolvimento dos territórios;
  - 8) O princípio de “matching funds” deve ser merecedor da maior das atenções, podendo ser aplicado, com vantagem, em múltiplos mecanismos de financiamento da Ciência, do Ensino Superior e de outros sectores da sociedade portuguesa;
  - 9) Do ponto de vista de orgânica, é de lamentar a total ausência de articulação de políticas, programas ou projectos entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por um lado, e o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, por outro lado, o que aponta para a necessidade de construção de espaços onde se possam cultivar as necessárias interligações, porventura criando uma estrutura transversal ao governo, na dependência do Primeiro-Ministro, que possa lidar de forma eficaz com as actividades de inovação, ou porventura mesmo com uma visão aglutinadora da IDI em Portugal.

### **Comentários Específicos**

- 1) A avaliação da qualidade da Ciência produzida deve ser efectuada de forma consistente, coerente e ajustada aos diferentes níveis em que deve ser

- conduzida, os quais devem forçosamente cobrir avaliações individuais, de projectos de I&D, de unidades de I&D e das instituições onde estas se inserem;*
- 2) Todos as actividades de I&D devem ser drasticamente desburocratizadas, pois nas condições actuais os processos de natureza administrativa acabam por absorver uma fracção considerável do tempo dos investigadores, além de recursos excessivos por parte das unidades de I&D e instituições onde estas se enquadram;*
  - 3) As actividades de Inovação encontram-se actualmente representadas na generalidade das Instituições de Ensino Superior, pelo que qualquer particularização nominal é injustificada;*
  - 4) Importa definir as responsabilidades, interligações e esferas de intervenção que dizem respeito por um lado às actividades de I&D, e por outro lado às actividades de Inovação, nomeadamente no que diz respeito aos papéis desempenhados pela FCT versus Agência de Inovação;*
  - 5) Há que proporcionar financiamento aos bons projectos/investigadores, independentemente da dimensão dos mesmos, pois pode haver excelentes projectos de reduzida dimensão, bem como, reciprocamente, projectos de reduzida qualidade com elevada dimensão;*
  - 6) A seriação de candidatos a bolsas de doutoramento, em vez de se esgotar nas notas em termos absolutos, deve levar em conta, como já sucedeu de resto no passado, o posicionamento relativo dos candidatos no contexto dos respectivos cursos/instituições de ensino superior;*
  - 7) Deve ser reforçada a estabilidade associada ao exercício das funções de investigação por pessoas que já possuem um doutoramento, de modo a alavancar a quantidade/qualidade de projectos que podem ser concebidos e implementados com sucesso nas respectivas unidades de I&D onde se venham a enquadrar;*
  - 8) Falta reforçar as condições para que, na prática, coexistam dois subsistemas de Ensino Superior em Portugal, com possibilidade inclusivamente de migração entre eles, face a uma definição clara de missões, objectivos e actividades nucleares inerentes ao Ensino Politécnico versus Universitário. Tal clarificação não deve ser confundida com a existência de critérios diferenciados quanto à avaliação da qualidade das actividades de I&D que forem legitimamente desenvolvidas por cada docente / unidade de I&D / instituição de ensino superior, devendo antes obedecer, pelo contrário, a procedimentos comuns de apoio, avaliação e estímulo, de acordo com padrões bem definidos e aceites na comunidade internacional. Só desta forma será possível prestar o devido tributo, estímulo e reconhecimento ao bom trabalho de I&D desenvolvido ou a desenvolver em Portugal.*

Esperamos que estes contributos, de natureza construtiva, possam ajudar a melhorar ou complementar os conteúdos do documento em apreço, que não posso deixar de saudar enquanto contributo válido para o futuro da Ciência em Portugal, aspecto vital na evolução económica e social do País.

Coimbra, 22 de Setembro de 2010

(Pedro Manuel Saraiva)